

RELATÓRIO ATUARIAL 2/2008

PLANO PREVIDENCIÁRIO

1. Introdução

Com o advento da Emenda Constitucional nº 20/1998 e o disposto na Lei nº 9.717/1998, ficou determinada a obrigação de que o funcionamento dos regimes próprios observe as normas gerais de contabilidade e atuária, de maneira a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial ao sistema.

Diante das dificuldades quanto à capitalização do Instituto para cobertura dos benefícios referentes a todos os segurados, a massa foi segregada em dois grupos formando:

- Plano Financeiro;
- Plano Previdenciário

Este relatório apresenta os resultados da Avaliação Atuarial do compromisso relativo aos segurados vinculados aos Poderes Executivo (exceto aqueles vinculados à Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e pessoas civis que trabalham na Polícia Militar), Legislativo e Tribunal de Contas do Distrito Federal, que tiveram início na carreira de pública após 31/12/2006, formando o Plano Previdenciário.

Os resultados foram obtidos considerando a base de dados encaminhada via Internet, posicionada em 31/10/2008, não tendo havido qualquer acréscimo aos valores apresentados.

Essas informações foram criticadas e, conforme orientação do responsável pela base de dados, ajustadas, não tendo sido relevantes esses ajustes. Consta do Anexo I, os acertos mais relevantes que foram efetuados.

2. Histórico

A instituição do RPPS no Distrito Federal teve seu início quando da modificação do plano de cargos e salários, determinada pela Lei nº 51 de 13 de novembro de 1989, que criou a Carreira Administração Pública do Distrito Federal e seus cargos, fixando os valores dos respectivos vencimentos.

Com a criação do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, através da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, as responsabilidades anteriormente atribuídas ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal – IPASFE – deixam de existir.

O estudo foi desenvolvido tendo como base o disposto na seguinte Legislação:

- Lei nº 260 de 05 de Maio de 1992
Autoriza a criação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal e dá outras providências.

- Lei Complementar nº 232 de 13 de Julho de 1999
Dispõe sobre a alíquota de contribuição para a Previdência Social dos Servidores Públicos ativos e inativos e dos pensionistas dos Poderes do Distrito Federal, suas autarquias, e fundações públicas.
- Lei Complementar nº 700 de 4 de Outubro de 2004
Altera redação da Lei complementar que menciona e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 716 de 25 de janeiro de 2006
Altera a Lei Complementar nº 700, de 4 de outubro de 2004, que “altera a redação da Lei Complementar que menciona e dá outras providências”.
- Decreto nº 26.983 de 10 de julho de 2006
Revoga o Decreto nº 25.253, de 21 de outubro de 2004 e dá outras providências.
- Lei Complementar n.º 769 de 30 de junho de 2008
Reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências.
- Decreto 29.281/08 de 21 de julho de 2008
Dispõe sobre procedimentos a cerca da implementação do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV-DF, e dá outras providências.
- Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008
Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências.

3. Plano de Benefícios

Foram avaliados os seguintes benefícios, admitindo a concessão e a definição do valor de acordo com a legislação vigente.

I - Quanto aos segurados:

- aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
- aposentadoria voluntária por idade;
- aposentadoria compulsória por idade
- aposentadoria compulsória por invalidez permanente;
- aposentadoria especial do professor;
- aposentadoria especial nos casos previstos em lei complementar federal, nos termos do artigo 40, parágrafo 4º, da Constituição Federal;
- auxílio-doença
- salário-maternidade;
- salário-família

II - Quanto aos dependentes dos segurados:

- pensão por morte;
- auxílio-reclusão.

4. Bases Técnicas

4.1. Para a avaliação atuarial

4.1.1. Regimes Financeiros

- Capitalização – aposentadorias e pensões concedidas e a conceder;
- Repartição Simples – demais benefícios.

4.1.2. Tábuas Biométricas

Evento Gerador	Tábua Utilizada
Mortalidade Geral	AT-83 (MALE)
Sobrevivência	AT-83 (MALE)
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Mortalidade de Inválidos	AT-83 (MALE)
Morbidez	Experiência Regional

4.1.3. Outras Premissas:

- o Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários e benefícios – 1;
- o Taxa de juros – 6% a.a.;
- o Taxa real de crescimento dos salários por mérito – 1% a.a.;
- o Taxa de projeção de crescimento real dos salários por produtividade – 0% a.a.;
- o Taxa de projeção de crescimento real dos benefícios do Plano por produtividade – 0% a.a.;
- o Composição familiar – experiência regional;
- o Salário mínimo – R\$ 415,00;
- o Teto de remuneração – R\$ 22.111,25;
- o Compensação financeira – admitida com base na experiência atual como fator redutor de 3,90%;
- o Rotatividade e novos entrados – 0% a.a..

4.2. Para a projeção de receitas e despesas

Relativamente às hipóteses apontadas no item anterior foram introduzidas as seguintes modificações:

- o Composição familiar –
 - Sexo masculino -
 - Até 24 anos – sem dependente;
 - Entre 24 e 47 – há filhos menores de idade;
 - Com 47 anos ou mais e inválido - cônjuge 5 anos mais jovem;
 - Com 47 anos ou mais e válido – cônjuge 11 anos mais jovem.
 - Sexo feminino –
 - Até 20 anos – sem dependente;
 - Entre 20 e 43 – há filhos menores de idade;
 - Com 43 anos ou mais e inválido - cônjuge 3 anos mais velho;
 - Com 47 anos ou mais e válido – cônjuge 5 anos mais velho.

5. Plano de Custeio

Observando o disposto na Lei Complementar nº 232 de 13 de Julho de 1999, na Lei Complementar nº 700 de 4 de Outubro de 2004 e na Lei Complementar nº 716 de 25 de janeiro de 2006 e na Lei Complementar 769, de 30 de junho de 2008, observamos para o cálculo os seguintes percentuais de contribuição:

Contribuintes do Sistema	Percentual de Contribuição
Ente	22% da folha de segurados ativos
Servidor Ativo Efetivo	11% da remuneração
Servidor Inativo	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência
Pensionistas	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência

6. Estatísticas – posição em 31/10/2008

Os dados que nos foram encaminhados, podem ser resumidos conforme apresentamos no quadro a seguir:

População Coberta	Quantidade		Remuneração Média		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	2.131	1.101	R\$ 4.291,02	R\$ 5.110,32	33	33
Aposentados programada	-	-	-	-	-	-
Aposentados por Invalidez	-	-	-	-	-	-
Pensionistas	2 ⁽¹⁾		R\$ 2.597,38 ⁽¹⁾	-	-	-

⁽¹⁾ Corresponde ao total de grupos familiares.

7. Resultados Atuariais

7.1. Benefícios Concedidos

Foram apurados os seguintes valores relativos aos assistidos, já considerando a estimativa quanto ao recebimento do COMPREV:

Tipo de Benefício	R\$ 1,00	
	VABC	
Aposentadorias	0,00	
Pensão por Morte	1.009.033,51	
Total	1.009.033,51	

7.2. Benefícios a Conceder

Foram apurados os seguintes valores relativos aos benefícios a conceder aos segurados e dependentes, já considerando a estimativa quanto ao recebimento do COMPREV:

Aposentadorias e Pensões

R\$ 1,00	
Tipo de Benefício	VABF
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade ou Especial	682.069.676,33
Aposentadoria Compulsória por Invalidez Permanente	39.460.160,24
Pensão por Morte	185.293.802,29
Total	906.823.638,86

Demais Benefícios

Tipo de Benefício	VABF
Salário-família de assistido	0,00
Auxílio-doença	2.461.769,59
Salário-família de ativo	1.331,46
Salário-maternidade	1.188.791,75
Auxílio-reclusão	1,25
Total	3.651.894,05

7.3. Folha de Salários anuais:

Foi apurado o valor anual de R\$ 192.018.028,16 para a folha de salários referente aos segurados não iminentes.

7.4. Folha de Salários Futuros:

Foi apurado o valor atual de R\$ 2.553.866.605,37 para a folha de salários referente aos segurados não iminentes.

7.5. Contribuições:

De acordo com o Plano de Custeio, o valor esperado para as contribuições futuras é de

R\$ 1,00	
Contribuintes	
Ente	561.850.653,18
Servidor Ativo Efetivo	280.925.326,59
Servidor Ativo na inatividade	47.615.969,94
Servidor Inativo	-
Pensionistas	-
Total	890.391.949,71

Foi admitido que dessas contribuições, 2% seriam destinados à administração e o restante para o custeio do RPPS, conforme disposto no Anexo 8, L 4179/2008 – LDO/2009.

8. Projeção das receitas e despesas

Consta do Anexo II a projeção das receitas e despesas previdenciais.

9. Provisões Matemáticas Previdenciárias

Valores em R\$ 1,00

- Provisões para Benefícios Concedidos	R\$	1.009.033,51
- Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$	1.009.033,51
- Contribuições do Ente	R\$	0,00
- Contribuições dos Servidores	R\$	0,00
- Ativos	R\$	0,00
- Inativos	R\$	0,00
- Contribuições dos Pensionistas	R\$	0,00
- Provisões para Benefícios a Conceder	R\$	82.810.229,30
- Aposent./Pensões/Outros Benef. do Plano para Ger. Atual ..	R\$	906.823.638,86
- Contribuições do Ente para a Geração Atual	R\$	(518.233.172,68)
- Contribuições dos Servidores para a Geração Atual	R\$	(297.741.510,74)
- Ativos	R\$	(259.116.586,34)
- Inativos	R\$	(38.624.924,40)
- Contribuições dos Pensionistas para a Geração Atual	R\$	(8.038.726,14)
- Aposent./Pensões/Outros Benef. do Plano para Ger. Futura .	R\$	0,00
- Contribuições do Ente para a Geração Futura	R\$	0,00
- Contribuições dos Servidores para a Geração Futura	R\$	0,00
- Ativos	R\$	0,00
- Inativos	R\$	0,00
- Contribuições dos Pensionistas para a Geração Futura	R\$	0,00
- Provisões Amortizadas	R\$	0,00
- Serviço Passado	R\$	0,00
- Déficit Equacionado	R\$	0,00
- Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$	0,00
- Provisão Atuarial para Riscos Não Expirados	R\$	0,00
- Provisão Atuarial para Oscilação de Riscos	R\$	0,00
- Provisão Atuarial para Benefícios a Regularizar	R\$	0,00
- Provisão Atuarial para Contingências de Benefícios	R\$	0,00
- Outras Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$	0,00
- Total das Provisões	R\$	85.819.262,81

10. Ativo Líquido

Conforme informação do Ente, o valor do Ativo Líquido é igual a R\$ 38.513.120,29, posição de 31/10/2008, com transferência das contribuições já recolhidas pelos segurados e Ente.

11. Parecer Atuarial

Considerando que a base de dados foi criticada e acertada de acordo com a orientação dos responsáveis pela informação, consideramos a base de dados tenha qualidade aceitável para o desenvolvimento da avaliação atuarial.

Mesmo assim, recomendamos a realização de recadastramento dos segurados e dependentes para acerto das informações faltantes ao cadastro.

Por tratar-se de plano de benefícios concebido na modalidade de benefício definido poderá ter seu custo variável em função da não verificação de hipóteses atuariais, ingresso ou retirada de segurados.

Aproveitamos, ainda, para ressaltar a importância das seguintes providências a serem adotadas:

- estruturação administrativa do Instituto de Previdência;
- construção de banco de dados, contendo as informações necessárias ao desempenho das funções do Instituto;
- desenvolvimento do trabalho de Compensação Previdenciária de forma a permitir a apuração adequada dos valores a receber e a pagar;
- acompanhamento mensal da massa de servidores e dependentes, bem como dos compromissos do Instituto.

Da comparação do valor apurado para as Provisões Matemáticas com o Ativo Líquido informado pelo Ente, verifica-se que o plano estava deficitário na data da avaliação.

Para o equacionamento, será necessário o estabelecimento de contribuição suplementar mensal e consecutiva no valor de R\$ 326.986,48 a partir de 30/11/2008, pelo prazo de 240 meses, sendo esse valor acrescido de juros de 6% a.a., com capitalização mensal, bem como da variação do INPC, observada no período compreendido entre 31/10/2008 e a data do efetivo recolhimento ao Plano.

Com a adoção do novo plano de custeio, o compromisso passaria a:

	Valores em R\$ 1,00	
- Provisões para Benefícios Concedidos	R\$	1.009.033,51
- Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	R\$	1.009.033,51
- Contribuições do Ente	R\$	0,00
- Contribuições dos Servidores	R\$	0,00
- Ativos	R\$	0,00
- Inativos	R\$	0,00
- Contribuições dos Pensionistas	R\$	0,00
- Provisões para Benefícios a Conceder	R\$	82.810.229,30
- Aposent./Pensões/Outros Benef. do Plano para Ger. Atual ..	R\$	906.823.638,86
- Contribuições do Ente para a Geração Atual	R\$	(518.233.172,68)
- Contribuições dos Servidores para a Geração Atual	R\$	(297.741.510,74)
- Ativos	R\$	(259.116.586,34)
- Inativos	R\$	(38.624.924,40)
- Contribuições dos Pensionistas para a Geração Atual	R\$	(8.038.726,14)
- Aposent./Pensões/Outros Benef. do Plano para Ger. Futura .	R\$	0,00
- Contribuições do Ente para a Geração Futura	R\$	0,00

- Contribuições dos Servidores para a Geração Futura	R\$	0,00
- Ativos	R\$	0,00
- Inativos	R\$	0,00
- Contribuições dos Pensionistas para a Geração Futura	R\$	0,00
- Provisões Amortizadas	R\$	(45.306.142,52)
- Serviço Passado	R\$	0,00
- Déficit Equacionado	R\$	(45.306.142,52)
- Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$	0,00
- Provisão Atuarial para Riscos Não Expirados	R\$	0,00
- Provisão Atuarial para Oscilação de Riscos	R\$	0,00
- Provisão Atuarial para Benefícios a Regularizar	R\$	0,00
- Provisão Atuarial para Contingências de Benefícios	R\$	0,00
- Outras Provisões Atuariais para Ajustes do Plano	R\$	0,00
- Total das Provisões	R\$	38.513.120,29

Brasília, 24 de abril de 2009.

Marilia Vieira Machado da Cunha Castro
MIBA 351

ANEXO I

Foi admitido que :

1. os servidores tiveram início da atividade laborativa aos 18 anos ;
2. no caso da ausência da informação quanto à remuneração, o valor de R\$ 4.008,42, que corresponde à média dos demais servidores.

ANEXO II

Projeção Atuarial de receitas e despesas previdenciais (com a adoção do novo plano de custeio)

Ano	Receitas	Despesas	Saldo
2009	67.665.411,32	4.158.619,85	63.506.791,48
2010	68.168.542,22	4.559.832,69	63.608.709,53
2011	68.667.285,24	4.989.796,49	63.677.488,75
2012	69.160.572,86	5.451.460,63	63.709.112,22
2013	69.647.200,46	5.948.014,20	63.699.186,26
2014	70.125.814,54	6.482.928,36	63.642.886,18
2015	70.594.896,90	7.059.934,19	63.534.962,72
2016	71.052.745,82	7.683.001,12	63.369.744,71
2017	71.497.471,85	8.356.336,10	63.141.135,74
2018	69.733.260,72	16.539.406,32	53.193.854,40
2019	67.994.039,71	24.357.001,92	43.637.037,80
2020	67.519.058,02	28.014.339,96	39.504.718,06
2021	67.263.561,33	30.811.203,03	36.452.358,30
2022	66.652.010,00	34.667.416,45	31.984.593,55
2023	66.285.992,35	37.666.446,50	28.619.545,85
2024	65.785.779,35	41.101.554,97	24.684.224,38
2025	64.978.078,42	45.580.191,15	19.397.887,27
2026	64.233.289,87	49.707.747,87	14.525.542,00
2027	63.401.129,17	54.072.220,81	9.328.908,36
2028	61.907.977,49	60.629.059,80	1.278.917,69
2029	56.387.932,58	67.403.435,05	(11.015.502,47)
2030	54.678.691,80	74.370.743,95	(19.692.052,15)
2031	52.560.231,67	82.684.236,81	(30.124.005,14)
2032	50.249.934,44	91.552.177,37	(41.302.242,93)
2033	47.015.746,55	103.504.592,16	(56.488.845,61)
2034	43.105.389,95	117.726.535,56	(74.621.145,60)
2035	38.181.394,03	135.339.444,92	(97.158.050,90)
2036	33.761.597,48	150.754.160,31	(116.992.562,82)
2037	29.348.984,90	166.134.362,24	(136.785.377,34)
2038	25.483.125,03	179.389.966,19	(153.906.841,16)
2039	22.370.351,46	190.024.558,99	(167.654.207,53)
2040	19.752.553,04	198.707.630,94	(178.955.077,90)
2041	17.518.939,79	205.777.775,16	(188.258.835,37)
2042	15.890.453,14	210.691.187,63	(194.800.734,49)
2043	14.497.779,64	214.458.405,06	(199.960.625,42)
2044	13.582.271,69	216.448.688,45	(202.866.416,76)
2045	12.719.752,84	218.067.809,14	(205.348.056,30)
2046	12.380.467,46	217.583.717,55	(205.203.250,09)

Ano	Receitas	Despesas	Saldo
2047	12.158.299,30	216.511.137,67	(204.352.838,36)
2048	12.022.058,15	214.957.718,22	(202.935.660,06)
2049	11.851.974,95	213.276.511,80	(201.424.536,85)
2050	11.710.558,74	211.254.951,60	(199.544.392,86)
2051	11.588.712,92	208.892.415,26	(197.303.702,34)
2052	11.469.738,09	206.220.358,53	(194.750.620,44)
2053	11.336.592,51	203.271.135,99	(191.934.543,48)
2054	11.188.058,69	200.025.484,54	(188.837.425,85)
2055	11.022.775,21	196.463.532,32	(185.440.757,11)
2056	10.839.468,63	192.567.487,11	(181.728.018,48)
2057	10.636.881,66	188.320.065,35	(177.683.183,69)
2058	10.413.751,28	183.705.781,44	(173.292.030,16)
2059	10.169.112,05	178.714.227,65	(168.545.115,60)
2060	9.901.944,45	173.335.904,65	(163.433.960,20)
2061	9.611.708,35	167.569.269,04	(157.957.560,69)
2062	9.298.002,07	161.416.458,65	(152.118.456,57)
2063	8.960.955,75	154.888.671,96	(145.927.716,21)
2064	8.601.021,89	148.002.699,60	(139.401.677,71)
2065	8.219.133,67	140.784.268,80	(132.565.135,13)
2066	7.816.829,47	133.267.710,04	(125.450.880,57)
2067	7.396.058,86	125.494.439,09	(118.098.380,23)
2068	6.959.343,32	117.515.691,06	(110.556.347,74)
2069	6.509.673,43	109.387.581,35	(102.877.907,92)
2070	6.050.767,00	101.178.458,14	(95.127.691,14)
2071	5.586.820,36	92.960.644,55	(87.373.824,19)
2072	5.122.069,69	84.806.565,77	(79.684.496,08)
2073	4.661.122,58	76.794.484,70	(72.133.362,11)
2074	4.208.488,31	68.997.603,80	(64.789.115,50)
2075	3.768.512,71	61.485.173,11	(57.716.660,40)
2076	3.345.799,85	54.327.184,36	(50.981.384,52)
2077	2.944.075,37	47.580.442,33	(44.636.366,96)
2078	2.566.583,53	41.290.920,54	(38.724.337,02)
2079	2.216.183,19	35.497.911,21	(33.281.728,02)
2080	1.895.212,13	30.229.449,80	(28.334.237,67)
2081	1.604.634,81	25.494.795,57	(23.890.160,76)
2082	1.344.812,90	21.291.348,47	(19.946.535,57)
2083	1.115.534,19	17.606.697,80	(16.491.163,61)